

## **“SE FERE MINHA EXISTÊNCIA, SEREI RESISTÊNCIA”: A PRODUÇÃO DE TEXTOS MIDIÁTICOS NAS REDES SOCIAIS ON-LINE COMO REEXISTÊNCIA INTERSECCIONAL**

### **“IF IT HURTS MY EXISTENCE, I WILL BE THE RESISTANCE:” THE PRODUCTION OF MEDIA TEXTS IN ONLINE SOCIAL NETWORKS AS INTERSECTIONAL REEXISTENCE**

Gláucia Almeida Reis Blanco\*

Maria Cristina Giorgi\*\*

Fábio Sampaio de Almeida\*\*\*

Talita de Oliveira\*\*\*\*

#### **RESUMO:**

Acreditando que combater práticas racistas, xenofóbicas, homofóbicas e sexistas é um desafio ético-político para toda a sociedade e para o campo de pesquisa social, neste artigo temos como objetivo dar visibilidade a discursos de resistência que vêm se construindo desde a campanha eleitoral e eleição do atual presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, como resposta aos discursos de ódio feitos contra os direitos humanos e, em especial, contra as minorias sociais. Nosso referencial teórico interdisciplinar orienta-se por uma perspectiva socioconstrucionista do discurso e das identidades sociais que têm no poder de intervenção da linguagem sua base analítica. A análise dos textos selecionados possibilitou reconhecer a formação de identidades interseccionais de gênero, raça e local de origem e de posicionamentos críticos de resistência a políticas de exclusão, utilizando para isso competências de um letramento midiático para a difusão de contradiscursos nas redes sociais on-line.

\* Jornalista formada pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Mestra em Relações Étnico-Raciais pelo Cefet/RJ. Servidora do Cefet/RJ, com atuação na Assessoria de Comunicação. E-mail: glaucia.comunica@gmail.com

\*\* Doutora em Letras pela Universidade Federal Fluminense. Professora Titular do Ensino Básico Técnico e Tecnológico do Cefet/RJ, com atuação em cursos do Ensino Médio e Técnico e nos Programas de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais e em Filosofia e Ensino. Pesquisadora PQ 2 CNPq; JCNE FAPERJ. E-mail: cristinagiorgi@gmail.com

\*\*\* Doutor em Linguística Aplicada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Cefet/RJ, com atuação em cursos de Graduação e nos Programas de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais e em Filosofia e Ensino. E-mail: fabioesp@hotmail.com

\*\*\*\* Doutora em Letras (Estudos da Linguagem) pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Professora titular do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Cefet/RJ, com atuação no Ensino Médio-Técnico e nos Programas de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais e em Filosofia e Ensino. E-mail: talita.oliveira@cefet-rj.br

**PALAVRAS-CHAVE:**

Discursos de resistência; interseccionalidade; redes sociais on-line.

**ABSTRACT:**

The battle against racist, xenophobic, homophobic, and sexist practices constitutes an ethical-political challenge both to society as a whole and to the field of Social Research. This paper highlights discourses of resistance to the widespread manifestations of hate speech and human rights violations, especially towards minoritized groups, articulated since the 2018 presidential election in Brazil, when Jair Bolsonaro was elected president. This study is based on a socioconstructionist view of discourse and social identities, whose key analytical foundation is the power of intervention of language. The analyzed texts reveal the construction of intersectional racial, gendered, and geographical identities, as well as the adoption of a critical stance towards the politics of exclusion by using media literacy competences so as to spread counter discourses in online social networks.

**KEYWORDS:**

Resistance discourses; intersectionality; online social networks.

Precisamos nos manter vigilantes, todos juntos, para que esta continue sendo uma sociedade da qual nos orgulhemos; não a sociedade dos imigrantes sem documento, das expulsões, das suspeitas aos imigrantes; não a sociedade na qual sejam questionadas as aposentadorias, os direitos adquiridos da Previdência Social; não a sociedade na qual a mídia está nas mãos dos ricos.

Stéphane Hessel, 2011, p. 9

**INTRODUÇÃO**

Atualmente, o fazer político, do ponto de vista das práticas discursivas (institucionalizadas ou não) sobre os rumos da sociedade, vem ocupando os espaços das redes sociais on-line. Embates discursivos têm sido travados, especialmente no que se refere a direitos e identidades que envolvem minorias sociais, como mulheres, negros, gays e nordestinos, exteriorizando cotidianamente um ódio e um combate a essas minorias, que materializam um outro a ser inferiorizado por conta de “critérios” como raça, nacionalidade, orientação sexual, etnia, religião. Em suma, um outro que “deve ser desumanizado”.

Nas últimas eleições ocorridas no Brasil (2018), discursos de ódio, proferidos pelo então candidato e atual presidente da República, Jair Bolsonaro, ecoaram dialogicamente antes e durante a campanha, produzindo, simultaneamente, discursos de adesão e de oposição a seus polêmicos posicionamentos. Dentre esses discursos, articulou-se um movimento político organizado que, gestado e gerido nas redes sociais on-line, ganhou as ruas não só do país, mas também de boa parte do mundo, sendo reconhecido pela designação #EleNão, marcada com a hashtag, elemento típico de espaços de sociabilidade digital.

Partindo da certeza da tendência atual de agravamento do quadro de desigualdade e de poder gerado pela supremacia branca, hétero e masculina, propalada e defendida explicitamente por Bolsonaro, são necessárias vozes de resistência que coloquem em questão a ordem estabelecida. Pensando no direito à comunicação como um direito humano fundamental, neste artigo propomo-nos a discutir o papel das redes sociais on-line como espaços de enunciação próprios, que propiciam a esses grupos assumirem os meios de forjar as próprias narrativas e a construção coletiva de discursos de resistência, fundamentais no contexto de um governo como o atual.

Desse modo, nosso intuito foi de analisar práticas de letramento no âmbito das redes sociais on-line que atuam como formas de resistência/reexistência aos discursos de ódio contra os direitos humanos e, em especial, contra as minorias sociais, entendendo que combater ideias de extrema-direita é mais do que uma necessidade ética e política, é um dever e um desafio acadêmico. Acreditamos que iluminar esses contradiscursos de resistência é um modo de trilhar um caminho na direção da diminuição das desigualdades e da defesa da liberdade de expressão e respeito das identidades das minorias. Para tal, iniciamos com uma seção articulando conceitos de identidades (CASTELLS, 1999) e linguagem-intervenção (ROCHA, 2006) no contexto da contemporaneidade. Na segunda seção, discutimos as relações entre linguagem, identidade e interseccionalidades (CRENSHAW, 2002; SANTOS, 2007). Na terceira seção, discutimos o conceito de letramento, em seus desdobramentos como letramento digital (DOBSON; WILLINSKY, 2009), letramento de reexistência (SOUZA, 2011) e letramento midiático (CELOT; PÉREZ-TORNERO, 2009). Finalmente, na quarta parte, desenvolvemos as análises discursivas dos textos selecionados e, posteriormente, apresentamos nossas considerações finais.

## COMUNICAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE: A LINGUAGEM-INTERVENÇÃO E A CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES

Orientamo-nos, neste artigo, por uma perspectiva interdisciplinar implicada com a possibilidade de mapear um social que se permite apreender por meio da qualidade das trocas verbais, ou seja, dos discursos, que se atualizam considerando o modo como somos capazes de lê-los. Dentro dessa concepção, recorreremos a diferentes teorizações oriundas de diversas áreas do campo das ciências sociais e humanidades, uma vez que nosso objeto de pesquisa se constitui do discurso de resistência de sujeitos que se colocam em posição contra-hegemônica a um discurso de ódio que se institucionaliza na política nacional.

Criar inteligibilidade sobre o modo de produção e funcionamento do discurso em sua dimensão material, ou seja, em práticas situadas, permite-nos, no papel de investigadores das áreas da linguagem e da comunicação, nos posicionarmos e nos engajarmos em parceria com os sujeitos sociais em discursos que promovem mudanças sociais. Como coloca Foucault (2009), “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (p. 10).

Nossa pesquisa insere-se no contexto da contemporaneidade, momento em que diversas epistemologias concorrem para dizer o que é o conhecimento, quem somos nós e o que nos torna o que somos. Os estudos sociais situados nos possibilitam falar em sujeitos não mais sempre idênticos a si mesmos, ou determinados por fatores puramente biológicos, essencializados e universais, e, sim, sujeitos contingentes, produzidos nas e pelas práticas discursivas, constituídos em múltiplas formas de vida que habitam os diversos espaços de interação social. O contemporâneo exacerba tal compreensão ao possibilitar outros modos de produção de sujeitos e dar visibilidade a outras identidades sustentadas em bases diferentes daquelas da modernidade. O sujeito cartesiano dá lugar ao devir, à multiplicidade de formas de ser (HALL, 2014).

No momento histórico em que vivemos, mostra-nos Bauman (1992), as “verdades” mais prezadas da modernidade começam a perder sua hegemonia, passando a ser negociadas e questionadas, de modo a desestabilizar os dispositivos produtores de sentido, tais como as grandes narrativas sobre nacionalidade, sexualidade, raça, entre outros que constituem a noção de identidade como essência, visto que a contemporaneidade

instaura a possibilidade da emergência de formas de vida regidas pela contingência, pela heterogeneidade e pela variação em um tempo descontínuo.

Nesse sentido, aproximamo-nos do conceito de identidade proposto por Castells, para quem esse construto designa:

o processo de construção do significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(ais) prevalece(m) sobre outras fontes de significado. Para um determinado indivíduo ou ainda um ator coletivo, pode haver identidades múltiplas. No entanto, essa pluralidade é fonte de tensão e contradição tanto na auto-representação quanto na ação social (CASTELLS, 1999, p. 22).

A definição proposta pelo autor supõe uma heterogênesse da identidade e põe em relevo seu caráter sociocultural, coadunando-se a uma visão socioconstrucionista do discurso e das identidades sociais. “Nesse processo social de construção do significado, construímos o mundo social, nos construímos e aos nossos interlocutores” (MOITA LOPES, 2002, p. 63), sendo o discurso constitutivo e produtor de sujeitos.

Vivemos em um tempo marcado, simultaneamente, pela pluralidade, pelos letramentos digitais promovidos a partir do desenvolvimento das novas tecnologias de informação e comunicação, pela emergência de outras identidades e modos de viver a vida social, pela lógica do consumo que extrapola as relações comerciais, pela permanência das grandes desigualdades sociais e o avanço de movimentos de resistência. É também um tempo de medo e insegurança (BAUMAN, 1992), já que se exacerbam os fundamentalismos e abundam posicionamentos agressivos contrapondo-se às diferenças. Como exemplos desses dois movimentos no Brasil, temos as bancadas “da bíblia” e da “bala”, duas das mais influentes do Congresso Nacional, formadas, respectivamente, por deputados católicos e evangélicos, e militares e policiais, que abertamente apoiaram o candidato da direita, Jair Bolsonaro, nas eleições de 2018.

Cabe ressaltar que rechaçamos qualquer visão pessimista sobre o tempo em que vivemos. Nossa aposta é no poder de intervenção da linguagem, pautada em uma concepção de sujeito e mundo como posições relativas que se articulam na produção de subjetividade; um real no qual sujeito e mundo resultam de dobras que se refazem continuamente (ROCHA, 2006).

Neste artigo, iluminamos, ainda, uma intervenção feita pela linguagem, no sentido de resistir ao que está sendo dado como único e de construir, propor alternativas.

Desse modo, já há algum tempo investimos numa linguagem que, mais do que simplesmente representar o mundo, é parte integrante de sua construção. Uma construção que visa a motivar diferenças, alteridades, pluralidades e, em lugar de reproduzir visões de que “menino usa azul e menina usa rosa”, contribuir para a produção de identidades e formas de vida mais éticas. Uma linguagem que, como afirma Rocha (2006), produz uma dada versão desse mundo, e nele intervém; que inventa e reinventa.

Não é por acaso que, simultaneamente aos discursos de ódio, cresce uma caça aos intelectuais, professores e todos aqueles “outros” que podem fomentar e criar possibilidades de ruptura às “(pós-) verdades absolutas” de um mundo neoliberal, que poda a simples imaginação de algo que possa ser diferente.

Alinha-se a essa visão de linguagem o papel que entendemos ser o do pesquisador, de empreender uma visão política e ética do fazer pesquisa, pois, “se quisermos um mundo melhor teremos de inventá-lo, já sabendo que conforme vamos nos deslocando para ele, ele vai mudando de lugar”. (VEIGA-NETO, 2007, p. 26)

Se é possível afirmar que o discurso intervém no mundo de modo a construir uma dada qualidade de real, é porque ao produzir discursos, estamos imersos em relações de poder, relações que normalizam determinadas formas de opressão, instituindo e naturalizando determinados lugares para determinados sujeitos sociais, base de construções sexistas, racistas e homofóbicas, por exemplo. No entanto, conforme argumenta Foucault (1995), não há poder sem resistência, uma vez que todo poder engendra formas de resistência. No caso específico dos discursos de ódio que atacam diretamente pessoas cujas identidades são consideradas inferiores, a resistência materializa-se em diversos espaços nos quais esses sujeitos podem fazer ouvir suas vozes, sendo as redes sociais on-line um locus privilegiado, uma vez que basta ter acesso a um equipamento (computador, tablet, smartphone, entre outros) conectado à internet para publicar um texto, vídeo ou áudio em uma rede social.

Muitas vezes esses textos viralizam e chegam a alcançar mais interlocutores que as próprias instituições clássicas de mediação, marcando uma transição de uma esfera pública historicamente monopolizada pelos grandes grupos midiáticos para uma nova esfera conversacional mais dialógica e horizontal, capaz de transformar sujeitos e grupos antes silenciados em uma mídia em potencial. Como exemplo, é possível citar o movimento das redes e mídias negras digitais em 2017 que culminou com a demissão do

jornalista William Waack, âncora do Jornal da Globo na época, após a divulgação de um vídeo em que ele foi filmado reclamando do comportamento de um motorista que fazia barulho do lado de fora de um estúdio nos Estados Unidos e dizendo que se tratava de “coisa de preto” (WILLIAM, 2017b). O vídeo foi publicado no Youtube um ano após o ocorrido e, nos dias que se seguiram à sua publicação, ficou entre os assuntos mais comentados nas redes sociais on-line, conforme o jornal Correio Braziliense noticiou à época.

Nas redes sociais, assim como no dia da divulgação do vídeo, o nome do William Waack foi um dos assuntos mais comentados. No Twitter, o nome dele estava nos Trending topics. Vários memes também foram publicados por pessoas no microblog, “comemorando” a decisão da emissora carioca (WILLIAM, 2017a, n.p.).

Nos canais de midiativismo negro, o episódio suscitou uma campanha para enaltecer as conquistas e trajetórias de vida de pessoas negras na história, usando a hashtag #écoisade preto e ressignificando a frase racista de Waack.

Nesse contexto, longe de tentar hierarquizar as opressões, é preciso destacar que os sujeitos que se constituem nas intersecções das experiências identitárias múltiplas são afetados em diversas frentes por sistemas múltiplos de subordinação, como gênero, raça, classe social e local de origem, por exemplo. Essa interseccionalidade é sempre complexa e não facilmente compreendida, uma vez que é nas interações sociais que uma ou outra identidade ganha mais ou menos relevo. O conceito de interseccionalidade foi cunhado pela ativista e pesquisadora estadunidense Kimberlé Crenshaw, para quem:

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (CRENSHAW, 2002, p. 177).

A interseccionalidade, mais do que propriamente um conceito, é entendida no presente artigo como um instrumento de análise (SANTOS, 2007) não apenas para que sejam verificadas as sobreposições de opressões, mas também para visibilizar as estratégias sociais, políticas e discursivas empreendidas por grupos marginalizados visando à transformação dessa realidade. Crenshaw (2002) propõe o desenvolvimento de novas metodologias que investiguem como variadas estruturas de subordinação convergem e, nesse sentido, como assume relevância o valor teórico e epistemológico das experiências

vividas por grupos marginalizados. Estudar os discursos de resistência forjados por negros, mulheres, LGBT, nordestinos, indígenas e outros grupos sociais alvos de políticas explícitas de exclusão do Estado brasileiro é um modo de valorizar uma “análise de baixo para cima” (CRENSHAW, 2002, p. 182) e de atentar para o modo como esses sujeitos tensionam os pertencimentos identitários a que são subalternizados. Nas palavras de Souza, Almeida e Drummond (2017), “interseccionalidade, portanto, diz respeito às linhas de força que organizam a experiência mobilizando e combinando diferentes traços de identidade com efeitos de subordinação” (p. 70).

Da perspectiva assumida neste texto e em consonância com a noção de interseccionalidade, entendemos que as identidades são fluidas, construídas nas práticas sociais nas quais o discurso possui um papel central, não havendo nenhuma essência do que seja ser negro, mulher, gay ou nordestino, por exemplo. A raça, bem como o gênero e outros traços identitários, são construções discursivas (BUTLER, 2015; HALL, 2013; MOITA LOPES, 2002) nas quais as opressões geram efeitos simbólicos e concretos, afetando não apenas o direito à igualdade, mas a própria integridade física e psicológica dos sujeitos. Essencializar a identidade feminina, por exemplo, finda por invisibilizar ou minimizar constrangimentos vivenciados pela sobreposição de opressões. Nesse sentido, o construto teórico-metodológico da interseccionalidade promove uma visão crítica acerca do cruzamento de identidades - não essencializadas - e as consequências das hierarquizações sociais.

O caráter discursivo das identidades também parece mobilizar o surgimento de discursos de resistência que se constituem pela aliança ou atravessamento desses diversos grupos. Nesse sentido, os textos analisados permitem identificar atravessamentos identitários, especialmente de sujeitos interseccionais, uma vez que diferentes grupos têm usado as redes sociais on-line para fazer resistência a essas políticas discursivas de exclusão.

## **NOVOS LETRAMENTOS E AS REDES SOCIAIS ONLINE: ENTRE O ÓDIO E AS RESISTÊNCIAS**

O conceito de letramento vem se expandindo significativamente ao longo do tempo - não se restringindo mais à escrita e leitura de textos, mas ligando-se a modos de participação social muito diversos por meio da linguagem ou das linguagens -, especialmente quando se pensa no contexto das novas redes sociais na internet. Acrescentamos ainda que não há nem haverá uma definição bem delimitada que abarque o conceito, uma vez que o escopo das atividades por ele designadas continua a se expandir imensamente.

Práticas de letramento não são uniformes e dependem da cultura específica onde tomam forma. Para se entender tais práticas, é preciso compreender o que representam para o grupo que as usa (OLSON; TORRANCE, 2009).

Para compreender as implicações do letramento, é preciso abandonar a ideia de uma competência universal no uso da linguagem e considerar as relações subjacentes a cada uso, e os temas comuns nas múltiplas práticas de letramento, o que só é possível ao situá-las em um discurso cultural que as abarque na contemporaneidade. A isso, os autores Brockmeier e Olson (2009), inspirados em Foucault, vêm chamar *episteme do letramento*, que não seria o simples resultado do acúmulo de conhecimento acadêmico sobre o tema, mas principalmente das mudanças socioculturais a partir do século XX, em especial as revoluções nos modos de comunicação, incluindo aí a revolução digital.

Dobson e Willinsky (2009) falam em letramento digital para se referir à infinidade de práticas de linguagem, em geral multimodais, no campo da internet e do digital. E tais relações não possuem uma dimensão apenas técnica, mas especialmente política. É interessante destacar que as relações entre poder e tecnologia nas sociedades sempre seguiram a lógica das desigualdades de renda, raça e gênero: homens brancos ricos sempre tiveram acesso primeiro a tais recursos ditando seus rumos e desenvolvimentos, controlando seu conteúdo e formato. No entanto, é preciso destacar que o acesso ao letramento digital vem se tornando um objeto de direitos humanos, o que implica em políticas públicas de expansão e acesso à internet mesmo em países periféricos. Assim, cada vez mais outros grupos passam a utilizar e fazer dessas mesmas tecnologias espaços de disputas políticas.

Nesse ambiente, atividades que antes somente profissionais como escritores, editores, jornalistas e designers tinham autoridade e condições de executar estão sendo realizadas pelo público em geral (DOBSON; WILLINSKY, 2009).

O avanço da tecnologia digital, principalmente os smartphones e as redes sociais online, não representou apenas a inserção de equipamentos, mas também interveio na construção de outros modos de agir e de ser no mundo, marcando uma ressignificação não somente das mediações tecnológicas, mas das relações sociais, bem como de suas interatividades e modos de produção de subjetividades.

A cada dia eclodem blogs, sites, portais de conteúdo, páginas no Facebook, Twitter, canais no Youtube, perfis no Instagram e diversos canais de produção e reprodução

de conteúdo, por meio de distintos formatos (texto, vídeos, fotos), que se modificam continuamente. Ressaltamos, no entanto, que apesar da diversidade, as referidas redes sociais on-line guardam algumas características em comum, como, por exemplo, instantaneidade, hipertextualidade, multimodalidade, multimídia e interatividade.

Diante dessa nova esfera conversacional, cada pessoa, grupo e organização, segundo Raquel Recuero (2011), é transformada em uma mídia em potencial e independente, afetando os meios de comunicação tradicionais, visto que, após o advento da internet como fonte de informação,

O lugar da mídia de massa, enquanto detentora do poder de informação passou a ser questionado. Com a chamada “liberação do pólo da emissão” (LEMOS, 2005), surgiram novas formas de criar informações e repassá-las, muitas vezes criando novas formas de produzir e circular notícias (RECUERO, 2011, p. 5).

Nesse contexto, mais especificamente a partir dos anos 2000, coletivos de juventude no campo do ativismo negro e LGBT, por exemplo, passaram a se organizar dentro do ambiente digital, impactando o surgimento de diversas pautas identitárias e novas modalidades de participação desses grupos na gestão e produção de espaços comunicacionais próprios. As redes sociais on-line se tornaram território de ativismo e disputa de verdades, com repercussão não só dentro de uma comunidade, mas no mundo inteiro. Castells (2017) vai descrever algumas características das redes que possibilitam a emergência desses movimentos, que são simultaneamente locais e globais, como: estrutura descentralizada, a facilidade de inter-relacionamento entre múltiplos núcleos e o espaço de autonomia possibilitado pelas redes sociais.

Esses diversos canais funcionam atualmente como polos de ativismo e produção de conteúdo, denunciando e se posicionando sobre processos excludentes e ampliando, por meio das redes, o debate sobre temas como cotas para educação, combate ao genocídio de jovens negros, denúncias de racismo e homofobia, valorização das identidades raciais e de gênero e de expressões culturais negras, indígenas, nordestinas, entre outras. Na esteira do que propôs Souza (2011) ao estudar a cultura Hip Hop, identificamos tais práticas de linguagem como formas de *letramentos de reexistência*. Segundo a autora,

Os letramentos de reexistência mostram-se singulares, pois, ao capturarem a complexidade social e histórica que envolvem as práticas cotidianas de uso da linguagem, contribuem para a desestabilização do que pode ser considerado como discursos já cristalizados em que as

práticas validadas sociais de uso de uma língua são apenas as ensinadas e aprendidas na escola formal (SOUZA, 2011, p. 36).

### E a linguista aplicada ainda complementa:

Letramentos de reexistência aqui será a reinvenção de práticas que os ativistas realizam, reportando-se às matrizes e os rastros de uma história ainda pouco contada, nos quais os usos da linguagem comportam uma história de disputa pela educação escolarizada ou não. Para os rappers [e outros produtores de conteúdo], a educação e a posse da palavra são marcadas pelo esforço de reconhecimento de si, desafiando, de diferentes maneiras e em diferentes formatos, a sujeição oficialmente imposta, ainda materializada no racismo, nos preconceitos e discriminações (SOUZA, 2011, p. 37).

Tais discursos funcionam como uma forte contestação frente às históricas estereotipação, invisibilização e desqualificação dessas minorias na mídia hegemônica. São milhares de novas fontes de resistência, de disputa pelos significados, revertendo sentidos cristalizados e estereótipos. Acompanhamos atualmente o avanço do poder transgressor de poder falar e o impacto revolucionário que essas falas silenciadas e oprimidas geram na sociedade,

Porque as pessoas só podem desafiar a dominação conectando-se entre si, compartilhando sua indignação, sentindo o companheirismo e construindo projetos alternativos para si próprias e para a sociedade como um todo. Sua conectividade depende de redes de comunicação interativas. [...] Além disso, é por meio dessas redes de comunicação digital que os movimentos vivem e atuam, certamente interagindo com a comunicação face a face e com a ocupação do espaço urbano. Mas as redes de comunicação digital são um componente indispensável na prática e na organização desses movimentos tal como existem (CASTELLS, 2017, p. 199)

Nesse contexto, trazemos neste artigo também o conceito de *letramento midiático* (CELOT; PÉREZ-TORNERO, 2009), cujo foco “é o desenvolvimento da compreensão crítica individual e da participação do cidadão (ou seja, o empoderamento e a interação das pessoas na vida pública por meio da mídia, em decorrência do desenvolvimento das capacidades individuais da compreensão crítica do letramento midiático na esfera sociopolítica)” (CELOT; PÉREZ-TORNERO, 2009, p. 9, tradução nossa).

No entanto, após quase meio século do surgimento das primeiras análises sobre a interação dos sujeitos com a mídia, a discussão feita a respeito da educação midiática nos estudos da Comunicação e da Educação, muitas vezes, ainda se restringe à capacidade desses sujeitos de desenvolverem uma leitura crítica da mídia e seus produtos. Porém, entendemos que fazer a discussão de letramento midiático em tempos de redes sociais

on-line deve incluir não somente a capacidade da “audiência” de fazer um consumo crítico da mídia, mas de se apropriar desses meios de produção midiáticos e ter uma postura ativa, de fazer mídia e de ser mídia, utilizando a sua própria existência para dar visibilidade e resistir às diversas formas de dominação pela linguagem.

Além disso, tampouco o letramento midiático trata-se somente de competências técnicas, de saber operar as ferramentas e aparatos. O conceito vai muito além de uma alfabetização para a mídia e abrange uma noção de competência midiática, em que o sujeito compreende e se apropria de uma gramática e linguagem midiáticas para fazer circular novos discursos em vez de somente “saber usar” as novas tecnologias.

Celot e Pérez-Tornero (2009) fazem a distinção entre os fatores socioambientais e as competências individuais que influenciam na obtenção do letramento midiático. Os primeiros estão relacionados principalmente ao uso das tecnologias, tanto na possibilidade de acesso aos equipamentos quanto ao desenvolvimento de competências e habilidades de manejo. As competências individuais incluem a compreensão e interpretação das mensagens midiáticas, a capacidade de avaliá-las criticamente e a possibilidade de fazer um uso consciente dessas habilidades. E, por último, as competências sociais dizem respeito à utilização da comunicação de forma eficiente para uma participação ativa na esfera pública como cidadãos.

Nesse sentido, passamos, na última década, a um contexto em que diversos grupos, especialmente de juventude, deixam de ter uma mera relação de consumo com a mídia, para estabelecer uma relação de produção, em que as redes sociais on-line são usadas para produzir discursos de resistência.

Partiremos agora para as análises discursivas buscando compreender, por meio de elementos linguísticos presentes nesses textos, como os letramentos midiático, digital e de reexistência, no âmbito de uma episteme do letramento, tornam-se uma possibilidade de gritar contra os discursos de ódio proferidos contra identidades socialmente discriminadas e de resistir com a própria voz pela própria sobrevivência.

## **A POTÊNCIA DOS MOVIMENTOS INTERSECCIONAIS COMO MODOS DE RESISTÊNCIA: ANÁLISE DE TEXTOS MIDIÁTICOS**

Os discursos de ódio que se acirraram cada vez mais desde as eleições brasileiras de 2018 fizeram parte de contextos políticos diversos, motivo pelo qual, atualmente, são

muito recorrentes falas que questionam os limites entre o que é aceitável e o que é inaceitável no que se refere à liberdade de expressão quando se trata de discurso de ódio. Não há, portanto, consenso sobre o que seria efetivamente um discurso de ódio, visto que há muita divergência sobre como este deve ser classificado. Entendemos, seguindo o Conselho da Europa, que podem e devem ser considerados “discursos de ódio” quaisquer discursos que

propaguem, incitem, promovam ou justifiquem o ódio racial, a xenofobia, o antisemitismo ou outras formas de ódio baseadas na intolerância, incluindo: a intolerância expressa por nacionalismo agressivo e etnocentrismo, discriminação e hostilidade contra minorias, pessoas migrantes e pessoas descendentes de migrantes (CONSELHO DA EUROPA, 2016, p. 11).

Desse modo, ainda que para alguns possa ser tênue a linha entre a liberdade de expressão do pensamento e os discursos de ódio, tendo em vista a linguagem-intervenção (ROCHA, 2006, 2014), os últimos se materializam em dispositivos de coerção que transformam o mundo, como já vimos em diversos momentos da história em que teses autoritárias chegaram ao poder. Quando esses discursos são apropriados por políticos, a retórica “nós” vs. “eles” se legitima e favorece o medo e uma consequente divisão, que, por sua vez, possibilita uma manipulação perigosa em favor do *status quo*, que busca um consenso, tendo como base a perda da humanidade de alguns grupos - sempre os mesmos -, em prol de uma hegemonia.

A ascensão da direita no país, seguindo um fenômeno mundial, fez-nos conhecer, principalmente por meio do Facebook e WhatsApp, um ódio recíproco entre direitas e esquerdas por meio de comentários que, se inicialmente eram intolerantes, chegaram, em nome de uma verdade absoluta e em detrimento do outro, aos discursos de ódio.

Discursos de ódio, em geral voltados contra o Partido dos Trabalhadores (PT), foram reforçados por notícias falsas e calúnias que, não tendo nada de ingênuas, fizeram e fazem parte de um projeto sustentado pela chamada bancada BBB (boi, bala e Bíblia), composta por lideranças de igrejas evangélicas que vêm crescendo substancialmente já há alguns anos nos palcos da política brasileira e se juntaram à bancada ruralista e a políticos com patentes militares, que defendem pautas conservadoras, como a flexibilização do porte de armas.

Destacamos, ainda, que o ódio contra movimentos sociais e sindicatos, contra minorias, os ataques contra ideias progressistas, bem como a caça a professores e à liberdade de

cátedra surgiram, simultaneamente, com uma exagerada ode ao mercado e rechaço ao bem público, o que Casimiro (2018) chamou de “refluxo reacionário”, que resultou na formação de uma “nova direita”, reconhecida em manifestações pró-impeachment de Dilma Rousseff e caminhadas em favor de candidaturas que explicitamente visam à dissolução de direitos sociais e ao linchamento das minorias.

Esses movimentos começam a emergir, e recorrem, de forma radical principalmente, aos meios de comunicação digital e às redes sociais on-line.

Proporcionalmente ao aumento da violência e dos discursos de ódio, veio a reação. E da mesma forma que as redes permitiram a disseminação de fake news e conteúdo de ódio, elas possibilitaram as respostas de resistência que deram origem ao movimento #EleNão, considerado o maior movimento de rejeição a um candidato no decorrer de uma eleição no Brasil. A hashtag #EleNão teria surgido no grupo “Mulheres Contra Bolsonaro” no Facebook, que chegou a ter 2,5 milhões de participantes a 20 dias da eleição, e se espalhou nas diversas redes sociais on-line, comandado por mulheres, mas aglutinando também a resistência de diferentes perfis de eleitores que desejavam gritar contra o racismo, machismo, transfobia e todos os discursos de ódio às minorias proferidos pelo então candidato. Com isso, diversas outras hashtags secundárias foram criadas também, como #mulherescontrabolsonaro, #elenunca e #todoscontrabolsonaro. Segundo Malta e Oliveira (2016), “as redes sociais são uma ferramenta importante para que indivíduos e grupos possam atuar como agentes de transformação” (p. 61).

Além de uma mobilização massiva nas redes sociais on-line, com milhões de pessoas reproduzindo a hashtag, atos públicos tomaram as ruas de 160 cidades no Brasil e no mundo no dia 29 de setembro de 2018, uma semana antes do primeiro turno das eleições. Considerada a maior manifestação de rua convocada por mulheres na história do Brasil, os atos do #EleNão, convocados nas redes sociais, mostraram a força do movimento não só nas redes como nas ruas, em manifestações que chegaram a reunir 200 mil participantes no Rio de Janeiro e 500 mil pessoas em São Paulo. Embora diversos partidos e organizações políticas tenham participado do movimento #EleNão, não havia uma corrente ideológica que reunisse o apoio massivo dos manifestantes, sendo grande parte dos eventos gerida por iniciativa de pessoas que não estavam necessariamente envolvidas com organizações já consolidadas. Além disso, o movimento não apontava nenhum outro candidato como opção, reforçando a ideia de “qualquer um, menos Bolsonaro”.

Em termos metodológicos, durante as análises, procuramos seguir o que Foucault (1995) definiu como “uma outra forma de prosseguir em direção a uma nova economia das relações de poder, que é mais empírica, mais diretamente relacionada à nossa situação presente” (p. 234). Guardadas as devidas diferenças de temporalidade, o modelo proposto pelo filósofo “consiste em usar as formas de resistência contra as diferentes formas de poder como um ponto de partida” (p. 234). Nesse sentido, ao analisar textos que materializam esse discurso de resistência, torna-se possível mapear as relações de poder que se estabelecem, problematizando-as a partir da polêmica dos embates discursivos que somos capazes de identificar.

Desse modo, focamos nossas análises em dois textos poéticos e que constroem um posicionamento de resistência em relação aos discursos de ódio e ao que representou, no contexto de eleições presidenciais, a figura de Bolsonaro. Buscamos discutir a constituição dessa resistência a partir das práticas discursivas (MAINGUENEAU, 1997) que aí constroem identidades e o posicionamento interseccional de grupos diretamente afetados pelos discursos de ódio. A seleção do corpus, de modo geral, considerou como critérios textos que: a) atualizavam, de algum modo, o discurso do #EleNão; b) tiveram uma grande circulação nas redes sociais, por serem de fácil compartilhamento, como vídeos, áudios e imagens; c) caracterizavam o posicionamento de minorias sociais. As análises se orientam pela perspectiva discursiva da semântica global de Maingueneau (2008), para quem a apreensão do discurso não privilegia um ou outro de seus planos, mas integramos “todos ao mesmo tempo tanto na ordem do enunciado quanto na da enunciação” (p. 75). Assim, foram considerados os temas, o vocabulário, o estatuto dos coenunciadores e o modo de enunciação, com base em diferentes marcas verbais e não-verbais.

O primeiro texto analisado, *Voto até num cangaceiro, mas no Bolsonaro não é* um áudio/vídeo que se apresenta como um poema em forma de cordel declamado melodicamente por uma voz de mulher com sotaque nordestino, que circulou tanto em sua forma de arquivo de áudio para ser reproduzido facilmente em aplicativos como WhatsApp, quanto em diversos vídeos postados na plataforma Youtube. O uso dessas duas redes sociais para propagar o texto em questão, seja em formato de áudio ou de vídeo, estabeleceu uma relação dialógica com um sem-número de áudios, imagens e vídeos que exaltavam o voto em Bolsonaro, produzidos e compartilhados em larga escala, inclusive com o uso de robôs.

De modo geral, considerando seu modo de produção e circulação, é possível afirmar que há diversos elementos do gênero cordel no texto em questão, como a estrutura composicional em versos que usam a redondilha maior, a temática da crítica social e o sotaque marcado como do agreste. No entanto, o texto surge como manifesto contrário à campanha de Bolsonaro, o que lhe garante, em termos de gênero discursivo, uma constituição híbrida. Entendemos o texto como manifesto político que assume uma cenografia de cordel caracterizada, inclusive, por elementos típicos do texto literário, muito provavelmente para dar voz a uma minoria muito menosprezada não só pelo atual presidente, mas também por opositores do anterior governo, que chegaram a se referir aos nordestinos como “bovinos”. Recordamos que, durante as últimas eleições, circularam mapas do Brasil sem o Nordeste, região em que o candidato do PT venceu em todos os estados.

Dois pontos levantados por Gonçalves (2011) a respeito do cordel reforçam nossa opção por considerar o texto em questão um gênero híbrido. O primeiro é o fato de a força da literatura de cordel estar baseada em uma produção e criação de uma imagética do sertão, que ressalta paisagem, personagens e suas relações sociais, o que reforçaria o poder da mulher nordestina que decide em quem vai ou não votar, contrariando estereótipos machistas e racistas que remetem à ideia do “voto de cabresto”. O segundo se refere ao que o autor afirma sobre o cordel ser um modo de ouvir de outra maneira, em outra linguagem - aquela própria do cordel - o que já se assistiu na televisão, se leu no jornal ou se ouviu no rádio (GONÇALVES, 2011, p. 221).

A escolha da forma poética bem como a marca do sotaque nordestino dão suporte material à construção de uma identidade que, com base em um código de linguagem estabilizado que se funda em vocabulário (*cachorra do zoião*, *caboré vei*, *buchada*, entre outros), em elementos paralinguísticos (como o sotaque em *vei* e *fedorento*, por exemplo) e numa cenografia própria do gênero discursivo cordel, tipicamente nordestino, provavelmente do agreste, aponta para a atualização de um *ethos* da mulher nordestina que se coloca criticamente em relação a discursos de ódio e à candidatura de Bolsonaro, o que constitui no nível discursivo uma estratégia política interseccional, com atravessamentos de gênero, lugar de origem e classe social.

Em relação ao posicionamento enunciativo, a enunciadora estabelece uma oposição que se constrói com base em “voto num/numa X, mas no Bolsonaro eu não voto não”. Cada estrofe apresenta uma diversidade de elementos, representados pelo X no esquema,

típicos da cultura popular nordestina que designam animais (jumenta, gato do seu Zezinho, égua, cachorra do zoião), comidas (pedaço de toucinho, buchada, rapadura nordestina) e objetos (tora de carvão, cacimba seca, pote), que poderiam ser organizados num continuum que vai de elementos positivos a negativos. O efeito de sentido é o reforço da oposição a Bolsonaro, marcado pelo operador adversativo “mas”, bem como pela dupla negação “eu não voto não” atribuída à enunciadora pelo dêitico “eu” e repetição a cada final de estrofe.

No processo de construção dessa identidade interseccional e desse discurso que nega, a enunciadora, além do movimento de oposição por meio de elementos da sua cultura regional, caracteriza e desqualifica esse sujeito a quem confronta por meio de suas práticas discursivas, como na quarta estrofe:

mas não voto em quem desrespeita mulher  
Num dou meu voto a violento,  
quem se acha, cheio de marra,  
quem dá uma de valente  
mas só é brabo com uma arma  
eu queria ver essa valentia era pra cima de Lampião.  
Eu voto até num cangaceiro,  
Mas em Bolsonaro eu não voto não (fonte: Transcrição do vídeo feita pelos autores).

A produção do perfil de Bolsonaro ocorre desde o uso de construções e designações como: “desrespeita mulher”, “violento”, “se acha, cheio de marra”, “dá uma de valente”, “brabo com uma arma”, modo de descrever que dialoga com os próprios discursos do então candidato e indicam, além do conhecimento do discurso do candidato, um posicionamento crítico com relação a ele.

Temos, portanto, a construção discursiva de uma mulher nordestina falando, produzindo um discurso de resistência que funciona simultaneamente como denúncia de um discurso de ódio e como reafirmação de sua identidade interseccional como grupo que resiste e reexiste e escolhe não aderir a esse discurso de ódio. Somado a esses significados, o vídeo que reproduz o texto em questão, publicado no YouTube, possui uma música de fundo típica dos gêneros nordestinos baião e xaxado, executado por triângulos e sanfonas -, que foi incorporado ao áudio original da enunciadora declamando o poema-cordel. Além disso, o vídeo possui como imagem uma foto de uma mão feminina segurando um panfleto com o rosto de Bolsonaro estilizado em preto e branco e a hashtag #EleNão. A foto utilizada é de um ambiente urbano, remetendo às manifestações de rua ocorridas em 2018.

O segundo texto, sem título, é uma poesia em vídeo, também produzida para ser publicada em redes sociais on-line, declamada pela autora, uma jovem negra sentada diante de uma câmera, provavelmente de um aparelho celular, falando diretamente com o interlocutor do vídeo. Uma produção simples, sem muitos recursos de edição, mas que demonstra competência e participação no letramento midiático. Uma vez mais, um gênero poético é escolhido como cenografia para expor um posicionamento político, com uso de recursos estilísticos típicos tais como métrica e rima, característicos de saberes construídos em práticas de letramento de reexistência. Nesse caso, a enunciadora tem sua identidade interseccional marcada corporalmente na tela, como mulher, jovem e negra.

A enunciadora inicia o texto marcando um tempo específico: aquele em que chegou o momento de se posicionar. Tal posição se constrói linguisticamente com base em índices lexicais que aportam para um sentido de segurança - como “verdade e sensatez”, “consciente, não me arrependo jamais” -, e que já foi tomada por outras pessoas às quais ela se soma: “chegou a minha vez de tomar uma posição” depois de que outras pessoas já tomaram. Também se produz um posicionamento de emancipação e autonomia que marca a resistência: “acredito e persisto, expondo a minha opinião”.

Há também marcas linguísticas espaço-temporais que apontam para o estabelecimento de um momento de ruptura política no país, como efetivamente pode acontecer em uma eleição presidencial. Entendemos que os versos “quero que o país caminhe pra frente, não que dê passos para trás” e “é pra frente que se caminha, é uma futura escritora que vos fala” marcam - pela metáfora espacial frente/trás e que pode ser trilhada pela ação de caminhar -, o avanço e o retrocesso que do ponto de vista das políticas públicas, pode dialogar com o projeto de democratização do acesso à universidade, com programas de redistribuição de renda, com políticas de reparação social, entre outras que significaram um avanço em termos de políticas sociais. A própria enunciadora fala de seu lugar de beneficiária desses projetos ao se dizer “estudante cotista”, designação que dialoga com um conjunto de discursos que têm como referência o campo político, uma vez que as cotas são ao mesmo tempo reconhecidas como uma vitória de movimentos sociais, especialmente os movimentos negros, por reparação histórica, e também como uma política que, do ponto de vista de políticos e pessoas contrárias, seria uma vantagem indevida, uma premiação a quem não tem mérito, e até uma prática racista. Cabe lembrar a fala do atual presidente no programa televisivo Roda Viva, em 30 de julho de 2018, de acordo com a qual seria totalmente contrário à política de

cotas no ensino público, completando com: “Por que essa política de dividir o país entre brancos e negros? Eu nunca escravizei ninguém. Vamos criar cota para nordestino? Isso é questão de mérito? Por que não estudam?”.

Dialogando explicitamente com um dos pilares da campanha-Bolsonaro, a liberação do uso de armas, temos os fragmentos “O homem não sabe usar a lata de lixo quanto mais andar com uma arma na mão” e “acha mesmo que o melhor é sair por aí combatendo violência com violência”, que argumentam em favor da vida, uma vez que as armas não resolvem o problema da violência e comprovadamente só produzem mais mortes. A isso, soma-se o fato de que os que mais sofrem com a violência do modelo de combate ao crime são homens jovens negros e pobres.

No fragmento “não defendo racista, entenda como quiser”, o uso da segunda pessoa do singular permite-nos identificar como coenunciadores do texto aqueles que apoiam Bolsonaro e a negação sustenta discursivamente que há quem defenda racista.

Em seu projeto de emancipação, a jovem se constrói como “futura escritora”, designação que aponta para a ocupação de um lugar social ao qual negros e pobres começaram timidamente a pertencer desde a sistematização das já citadas políticas de cotas do governo PT. E ainda justifica a apropriação desse lugar com enunciados que mostram a emancipação de grupos subalternizados e oprimidos aos quais ela interseccionalmente, como jovem mulher negra, estabelece adesão e deles participa: “porque faz tempo que a mulher saiu da cozinha, e que os negros saíram da senzala”, isto é, a cozinha e a senzala como espaços que, longe de apenas serem simbólicos, designam metonimicamente a opressão histórica de mulheres e negros.

E de modo semelhante, ao fechar o poema, a enunciativa também convoca os grupos aos quais se filia como coletividade a um maior engajamento na resistência: “mulheres trans, pretas, mãe de família, todas juntas, daqui até as urnas dizendo #elenão”.

Em síntese, nas análises discursivas destaca-se o processo de construção desse discurso de resistência que, ao denunciar práticas racistas, sexistas e xenofóbicas, legitima a existência de sujeitos outros com os direitos sociais que lhes são inerentes. É relevante o protagonismo de mulheres negras e nordestinas na afirmação de suas identidades e na luta por um espaço de emancipação social. Percebe-se ainda a construção de uma comunidade discursiva interseccional que dá sustentação a essas vozes de resistência.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio das análises aqui empreendidas, percebemos como o papel da internet nos atuais movimentos em rede ultrapassa a instrumentalidade, adquirindo importância fundamental na formação e no avanço dos movimentos sociais. Como exemplo, o #Elenão experienciou o poder das redes na luta interseccional na prática. A potência popular ficou manifesta nas ruas em 29 de setembro de 2018, um dia histórico de luta contra as opressões na América Latina, sob o protagonismo das mulheres, que congregaram o feminismo, o movimento LGBT, a luta antirracista, os movimentos estudantis e as militâncias progressistas como um todo contra um inimigo comum. Tudo isso impulsionado por uma imensa quantidade de conteúdos de resistência produzidos e compartilhados nas redes, fazendo ecoar o grito contra a opressão, sem uma cobertura proporcional pelos veículos tradicionais de mídia, mostrando como a mídia hegemônica não ocupa mais a posição de pautar a sociedade sozinha.

Focalizando a dimensão discursiva de nossa análise, é notório o modo como grupos marginalizados por regimes hegemônicos - alinhados a um projeto político de exclusão de minorias - se mobilizam estrategicamente para promover resistência interseccional a esses discursos e, nesse sentido, as mídias (em especial as redes sociais) assumem um importante papel da redescritção de identidades subalternizadas.

Bolsonaro é a representação grotesca dos rumos autoritários que a política brasileira e a internacional vêm tomando, de perseguição e ataque aos direitos de grupos minoritários. Essas vozes de resistência, historicamente interdidas por representarem sujeitos que não têm suas humanidades reconhecidas, se revestem de uma importância ímpar ao ganhar espaço na esfera pública por meio das redes sociais, promovendo debates, tensionamentos e denúncias a estruturas que oprimem, excluem e negam suas alteridades.

Não por acaso, em um vídeo gravado logo após o primeiro turno, Bolsonaro afirmou: “Vamos botar um ponto final em todos os ativismos do Brasil”, deixando claro que pretende calar aqueles que se opõem, que lutam, que se expõem. Porém, o mesmo que pode ser compreendido como ameaça permite-nos reconhecer também o medo de ver em risco seu lugar intocável de soberania e a vontade de fazer calar aqueles que resistem, gritam e fazem suas vozes oprimidas ecoarem, mostrando como a potência dessa comunicação alternativa é estratégica no êxito da luta contra o machismo, o racismo, a xenofobia, a lgbtfobia e na valorização do ser mulher, negro, gay, trans, nordestino.

Uma das lições fundamentais a reter é que as redes sociais on-line são um instrumento poderosíssimo do debate público - quer para disseminação do ódio, quando divulgam calúnias e notícias falsas, quer para o engendramento das resistências, como se pode perceber nos textos do corpus analisado. Como pesquisadores, temos o dever ético de enfrentar, em lugar de calar e aceitar, os atuais discursos de ódio e intolerância crescentes a cada dia, sob pena de contribuirmos - por omissão - com os danos que daí advêm por meio de reflexão, formação e diálogos críticos e fomentando modos de resistência e denúncia aos perigos contidos em discursos fascistas.

## REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. *Intimations of postmodernity*. London: Routledge, 1992.

BROCKMEIER, Jens; OLSON, David Richard. The literacy episteme: from Innis to Derrida. *In*: OLSON, David Richard; TORRANCE, Nancy (org.). *The Cambridge handbook of literacy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009. p. 3-22.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. As classes dominantes e a nova direita no Brasil contemporâneo. *In*: SOLANO, Esther. *O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018. n.p.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

CELOT, Paolo; PÉREZ-TORNERO, José Manuel. *Study on assessment criteria for media literacy levels: a comprehensive view of the concept of media literacy and an understanding of how media literacy level in Europe should be assessed*. Brussels: European Commission, 2009.

CONSELHO DA EUROPA. *Manual para o combate do discurso de ódio online através da educação para os direitos humanos*. 2. ed. Lisboa: Conselho da Europa, 2016.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista estudos feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

DOBSON, Teresa M.; WILLINSKY, John. Digital literacy. *In*: OLSON, David Richard; TORRANCE, Nancy (org.). *Cambridge handbook of literacy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009. p. 286-312.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 2009.

- FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. *In*: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense, 1995. p. 231-250.
- GONÇALVES, Marco Antonio. Imagem - palavra: a produção do cordel contemporâneo. **Sociologia & antropologia**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 219-234, 2011.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.
- HALL, Stuart. Raça, o significante flutuante. **Z cultural**, Rio de Janeiro, ano VIII, n. 2, p. 3, 2013.
- HESSEL, Stéphane. **Indignai-vos!** São Paulo: Casa da Palavra, 2011.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Gênese dos discursos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso**. Campinas: Pontes; Editora da Unicamp, 1997.
- MALTA, Renata Barreto; OLIVEIRA, Laila Thaíse Batista de. Enegrecendo as redes: o ativismo de mulheres negras no espaço virtual. **Gênero**, Niterói, v. 16, n. 2, p. 55-69, 2016.
- MOITA LOPES, Luiz Paulo da. **Identidades fragmentadas: a construção discursiva de raça, gênero e sexualidade em sala de aula**. Campinas: Mercado de Letras, 2002.
- MOITA LOPES, Luiz Paulo da (org.). **Linguística aplicada na modernidade recente: Festschrift para Antonieta Celani**. São Paulo: Parábola, 2013.
- OLSON, David Richard; TORRANCE, Nancy (org.). **Cambridge handbook of literacy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.
- RECUERO, Raquel. “Deu no Twitter, alguém confirma?”: funções do jornalismo na era das redes sociais. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, 9., 2011, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: SBPJor, 2011. p. 1-19.
- ROCHA, Décio. Representação e intervenção: produção de subjetividade na linguagem. **Gragoatá**, Niterói, v. 21, p. 355-372, 2006.
- ROCHA, Décio. Representar e intervir: linguagem, prática discursiva e performatividade. **Linguagem em (dis)curso**, Tubarão, n. 3, p. 619-632, 2014.
- SANTOS, Sônia Beatriz dos. Feminismo negro diaspórico. **Gênero**, Niterói, v. 8, n. 1, p. 11-26, 2007.
- SILVA, Gonçalo Ferreira da; ABLC (org.). **Dicionário brasileiro de literatura de cordel**. Rio de Janeiro: Rovel, 2005.
- SOUZA, Ana Lúcia Silva. **Letramentos de reexistência: poesia, grafite, música, dança: hip-hop**. São Paulo: Parábola, 2011.

SOUZA, Nelson Rosário de; ALMEIDA, Virítiana Aparecida de; DRUMMOND, Daniela Rocha. Poder, resistência e interseccionalidade: as disputas discursivas por identidade no seriado brasileiro “Sexo e as negas”. *Ex aequo*, Lisboa, n. 35, p. 65-82, 2017.

VEIGA-NETO, Alfredo. *Foucault & a educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

WILLIAM Waack deixa a rede globo após repercussão de comentário racista. *Correio brasileiro*, Brasília, DF, 22 dez. 2017a. Disponível em: [https://www.correiobrasiliense.com.br/app/noticia/diversao-e-arte/2017/12/22/interna\\_diversao\\_arte,649457/william-waack-sai-globo-por-cao-de-comentario-racista.shtml](https://www.correiobrasiliense.com.br/app/noticia/diversao-e-arte/2017/12/22/interna_diversao_arte,649457/william-waack-sai-globo-por-cao-de-comentario-racista.shtml). Acesso em: 28 maio 2021.

WILLIAM Waack, em intervalo de gravação: “É preto. É coisa de preto”. *Canal TV Fórum*. YouTube. Porto Alegre, 8 nov. 2017b. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=WR2CcTWeM\\_A](https://www.youtube.com/watch?v=WR2CcTWeM_A). Acesso em: 28 maio 2021.

## NOTAS

- 1 Este artigo é resultado de discussões realizadas no grupo de pesquisa Práticas discursivas na produção de identidades sociais: Fatores humanos, organizações, trabalho, tecnologia e sociedade, que tem como um de seus focos principais questões de racismo e mídia da instituição Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (Cefet/RJ), da qual fazem parte os quatro autores.
- 2 Este trabalho foi realizado com apoio Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) Bolsa de produtividade Chamada 06/2019 - e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro - FAPERJ via PROGRAMA JOVEM CIENTISTA DO NOSSO ESTADO processo E-26/201.302/2021
- 3 Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=WR2CcTWeM\\_A](https://www.youtube.com/watch?v=WR2CcTWeM_A). Acesso em: 28 maio 2021.
- 4 Texto original: The ultimate focus (and ambition) of media literacy is the development of individual Critical Understanding and citizen participation (i.e., the empowerment and interaction of people in public life through the media, and by reason of the development of individual capacities for Critical Understanding of media literacy in the socio-political sphere).
- 5 Embora a capacidade de reação e resposta do cidadão tenha sido amplamente abordada por autores como Jesús Martín-Barbero (2001) e Néstor García Canclini (1997).
- 6 Organização Internacional de Defesa dos Direitos Humanos, do desenvolvimento democrático e da estabilidade político-social na Europa, fundada em 1949.
- 7 Disponível em: <https://fb.watch/9s-8d5IYm9/>. Acesso em: 23 nov. 2021.
- 8 Conforme o Dicionário Brasileiro de Literatura de Cordel (SILVA, 2005), cordel é um “termo atribuído pelo pesquisador Raymond Cantel, para designar os folhetos da literatura popular, vendidos nas feiras populares pendurados em pequenas cordas, cordinhas, cordões” (p. 45), que sedimentou o nome literatura de cordel.
- 9 O nordeste brasileiro como região é bastante diverso e apresenta variantes linguísticas igualmente diversas, não tendo um vocabulário único ou um modo homogêneo de falar da língua portuguesa. Entretanto, para os objetivos deste texto, focamos nos efeitos de sentido das escolhas discursivas, não entrando nas especificidades que caberiam a uma análise proposta por áreas como sociolinguística, dialetologia e geolinguística.
- 10 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KRozTxaG3uQ>. Acesso em: 28 maio. 2021.

Artigo recebido em: 17 de março de 2020.

Artigo aceito em: 3 de agosto de 2021.